



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

ISSN: 2317-1529

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em
Planejamento Urbano e Regional - ANPUR

Pasternak, Suzana; Bógus, Lúcia Maria
Macrometrópole paulista: estrutura sócio-ocupacional e tipologia
dos municípios - Mudanças na primeira década dos anos 2000
Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 21, núm. 2, 2019, pp. 431-450
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p431>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513960428012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UNEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

MACROMETRÓPOLE PAULISTA:
ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL E TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS – MUDANÇAS
NA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000

SÃO PAULO MACRO-METROPOLIS:
SOCIO-OCCUPATIONAL STRUCTURE AND TYPOLOGY OF ITS MUNICIPALITIES.
CHANGES IN THE FIRST DECADE OF THE 2000TH YEARS

SUZANA PASTERNAK*
LÚCIA MARIA BÓGUS**

* Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, SP, Brasil

** Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Sociologia, SP, Brasil

R E S U M O : O texto propõe a análise da estruturação da macrometrópole paulista e dos efeitos das desigualdades socioespaciais presentes em sua dinâmica urbano-regional. Essa região, definida pela Emplasa em 2012, reúne 174 municípios, que compreendem cinco regiões metropolitanas, duas aglomerações urbanas e uma microrregião. A fundamentação teórica do estudo parte do conceito de cidade-região, proposto e discutido por autores como Soja, Sassen, Scott, Lencioni e outros. Entendendo a cidade-região como produto de processos de reestruturação produtiva, reconversão econômica e especialização de uma rede de cidades intensamente articuladas, propomos as seguintes questões: é pertinente, do ponto de vista teórico, o conceito de cidade-região para o estudo da macrometrópole paulista? Quais são as formas de organização econômica e social ali presentes e quais as suas dinâmicas atuais? Quais espacialidades emergem nessa macrorregião em transformação?

P A L A V R A S - C H A V E : Macrometrópole paulista; Urbanização; Dinâmica Urbano-Regional; Estrutura ocupacional; Dinâmica socioespacial.

A B S T R A C T : The paper proposes the analysis of the structure of the São Paulo macro-metropolis and the effects of its socio-spatial inequalities in the State of São Paulo urban-regional dynamics. This region, defined by Emplasa in 2012, is formed by 174 municipalities comprising 5 metropolitan regions, 2 urban agglomerations and a micro region. The theoretical basis for this study starts from the concept of city region, proposed and discussed by authors such as Soja, Sassen, Scott, Lencioni among others. Considering the region as a product of processes of productive restructuring, economic reconversion and specialization of an intensely articulated network of cities, the paper also proposes the following questions for reflection: Is it pertinent, from the theoretical point of view, the concept of city region for the study of the macrometropolis of São Paulo? What forms of economic and social organization are there and what are their current dynamics? What kinds of spatialities emerge in this changing macro region?

K E Y W O R D S : macrometropole paulista; urbanization; urban-regional dynamics; occupational structure; socio-spatial dynamics.

INTRODUÇÃO

No livro *A Revolução Urbana*, Lefebvre (1970) parte da hipótese da urbanização completa da sociedade: “*Cette hypothèse implique une définition. Nous appellerons société urbaine la société que résulte de l’urbanisation complète, aujourd’hui virtuelle, demain réelle*” (Lefebvre, 1970, p. 7).

O conceito de urbanização abriga dois aspectos: a concentração espacial da população, ou seja, o crescimento populacional dentro de certo espaço, que impacta a função, forma e estrutura urbana, e a difusão de um sistema de comportamentos ditos urbanos, que vão além do fenômeno puramente quantitativo, transformando práticas e modos de vida. Por essa razão, Reis Filho (1966, p. 20) compreende a urbanização como processo social. A análise da relação entre a indústria e a urbanização pressupõe que a urbanização seja uma das principais manifestações do processo de produção do espaço, aqui entendido em sua ligação tanto com a produção de bens e mercadorias quanto com a produção de relações sociais, ideologias, cultura, valores, modos de vida etc. (Carlos, 1999). Situando historicamente os antecedentes dessa relação, Lefebvre associa modos de produção a tipos de cidade. Numa escala que vai de 0 a 100%, ele ilustra o processo da seguinte forma (Lefebvre, 1970, p. 20): cidade política, comercial, industrial, zona crítica, implosão-explosão.

Para esse autor (e para muitos outros), a cidade política situa-se na origem da cidade, apresenta uma estrutura socioespacial que corresponde à organização social do excedente agrícola (Childe, 1960) e implica a existência de poder altamente centralizado e hierarquizado. É um lugar de dominação, não de produção, que se dá no campo. A cidade política é seguida pela cidade mercantil, que corresponde, no tempo, à Revolução Comercial, na medida que o incremento das trocas trouxe ao urbano uma nova função, traduzida em uma nova forma e estrutura. A função muda, permitindo um processo de acumulação dentro do seu tecido. Como forma, a muralha passa a permitir um ambiente seguro para as trocas comerciais. Um novo edifício se instala na estrutura urbana, o mercado, dividindo o espaço com edifícios que representavam o poder: palácio e igreja. O espaço urbano torna-se o local de encontro de pessoas e coisas, da troca. Com o desenvolvimento do Estado nacional moderno e o desmonte da ordem feudal, modifica-se a relação cidade-campo e a terra se transforma em mercadoria. O capital mercantil urbaniza o mundo para além da Europa, contribuindo para a expansão colonial. A cidade mercantil concentra dupla função: centralização do poder e produção. O Estado-nação proporciona segurança e amplia as relações entre cidades, constituindo uma rede, inclusive, ultramarina.

Ainda segundo o esquema de Lefebvre, à cidade comercial segue a industrial. A Revolução Industrial implicou transformações profundas nas práticas sociais: substituição de produtos manufaturados por industrializados, mudanças nas relações de trabalho, direito à propriedade privada, liberalismo econômico, mudanças na organização do trabalho (taylorismo e fordismo, entre outros). Essa urbanização industrial impacta tanto o lugar – a cidade – como a articulação entre lugares – a rede urbana (Paiva, 2016). Uma forma urbana específica desse período é a metrópole.

Lencioni (2004:1) comenta que “atualmente planejadores e pesquisadores têm se debruçado sobre um novo fato urbano de caráter metropolitano, que se expressa pela extensão territorial da mancha urbana das metrópoles”. Segundo ela, estamos diante de um processo novo e de uma nova forma de produção do espaço. Para Scott, Agnew,

Soja e Storper (2001:11), esse fenômeno, chamado cidade–região, pode ser observado “nas formas de consolidação que começam a ocorrer quando unidades adjacentes de uma organização política local buscam coalizões em escala regional como meio de enfrentar as ameaças e as oportunidades da globalização.” De acordo com esses autores, a cidade-região não é uma supermetrópole, mas uma nova forma de organização. Para Magalhães (2008,) a cidade-região seria a forma apropriada para o regime de acumulação flexível, um produto associado à reestruturação produtiva.

O desenvolvimento da indústria flexível redireciona as relações entre o global e o local, dado que barreiras espaciais e temporais se diluem, graças ao desenvolvimento das comunicações, dos transportes e das tecnologias de computação. Os meios de comunicação disponíveis viabilizam o intercâmbio de informações entre os centros de comando e as unidades descentralizadas. Diferentemente do modelo fordista, a indústria possui maior flexibilidade e mobilidade geográfica. Há uma tendência cada vez maior à distribuição das atividades e pessoas de forma fragmentada e extensiva. Não é mais necessária a contiguidade física entre plantas industriais, pois o que garante sua integração são as redes informacionais e as redes de transporte de objetos. A implantação das indústrias obedece agora a uma nova lógica: podem estar em qualquer local onde se garantam fluxos de informação e infraestrutura de transporte. Essa desconcentração das atividades industriais é acompanhada pela dispersão de atividades terciárias e da moradia. Para Limonad (2007), coexiste a urbanização extensiva com a intensiva, uma vez que as duas lógicas de alocação espacial, embora não simultâneas, permanecem no tempo.

QUESTÕES COLOCADAS

“A capital paulista, desde os anos 90, se consolidou como centro sofisticado de serviços corporativos e financeiros” (Gaspar, Aparicio e Bessa, 2015, p 33). Mas, já no fim do século passado, notava-se que o Estado de São Paulo apresentava um amplo e complexo sistema de cidades, com intensa rede de articulações funcionais, centralizada em torno da Região Metropolitana de São Paulo. Esse espaço é chamado de Macrometrópole Paulista, abarcando aglomerações urbanas num raio de aproximadamente 200 km ao redor da capital (Lencioni, 2011).

Para muitos autores, esse complexo industrial macrometropolitano compreende as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e a Unidade Regional de Bragantina. A macrometrópole é um complexo de metrópoles ao redor da Grande São Paulo e surgiu a partir do processo de conurbação entre os centros metropolitanos paulistas, abrigoando 50% da área urbanizada do Estado. **A primeira questão colocada é: cabe aqui o conceito de cidade-região?** Segundo muitos pesquisadores, se temos uma localização industrial fragmentada, uma urbanização extensiva, cidades polinucleadas, desconcentração e fragmentação espacial, rede urbana hierarquizada em função dos centros de comando, o conceito é adequado.

Note-se que, entre os 15 maiores PIBs municipais do Estado de São Paulo, só Ribeirão Preto não se situa na macrometrópole. A presença de plantas industriais no tecido macrometropolitano é expressiva: além das plantas na Grande São Paulo, encontram-se a Pirelli, GM, Yoshica e Dell, em Sorocaba; a Philips, Panasonic, Basf,

Eastman Kodac, Ericson, Johnson&Johnson, Monsanto e Embraer, em São Jose dos Campos; a Ford, Volskswagen, LG, Motorola e Alston, em Taubaté; a IBM, Bosh, Rodhia, Motorola, em Campinas.

A segunda questão que se pretende responder é: quais as formas de organização social na cidade-região paulista e como elas têm mudado no presente século? Para responder a tal indagação, apresentaremos modificações na estrutura sócio-ocupacional, com uma *proxy* da estrutura de classes (ver o item 3 sobre a metodologia empregada) do território da macrometrópole na primeira década de 2000.

A terceira questão envolve as espacialidades criadas nessa macrometrópole no âmbito da estrutura sócio-ocupacional de cada município da região. Qual a tipologia de municípios da macrometrópole no ano 2000, ou seja, qual a estrutura sócio-ocupacional de cada município? Agrupam-se em estruturas semelhantes, constituindo tipos? Houve mudanças nessa tipologia em 2010?

No presente texto, sugerimos algumas respostas para a segunda e a terceira questão. O artigo analisa a evolução das categorias sócio-ocupacionais, a *proxy* de classe social, entre 2000 e 2010, para o total da macrometrópole e para seus municípios. Examina também as mudanças nas grandes espacialidades, no âmbito das mudanças de tipologia dos municípios na década.

CARACTERIZAÇÃO DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Como aponta Lencioni (2015:10), “megarregião é um conceito usado por alguns autores, entre eles, Sassen (2008). E o de urbanização regional é um conceito que encontramos em Soja (2013)”. Afirma que nos dois autores a palavra região se coloca. Região impõe a ideia de urbanização difusa, dispersa. Na ideia de Soja, a transição metropolitana evoluiria para a urbanização regional. Mas, como destaca também a autora, urbanização dispersa não significa que seja infinita. No caso do Estado de São Paulo, num trabalho realizado pela Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano), em 2014, a delimitação de macrometrópole paulista compreende cinco regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba/Litoral Norte), além de duas outras aglomerações urbanas (Piracicaba e Jundiá) e a microrregião de Bragantina.

Em termos populacionais, seus 174 municípios representam 27% dos municípios do Estado, e a população de 30,27 milhões, 74% da população estadual e 16% da população do país em 2010. Conforme visto, congrega cinco regiões metropolitanas em 49.927,83 km². Conta com dois portos e 22 aeroportos, assim como importantes vias de circulação que estruturam o tecido regional: rodovias Anhanguera e Bandeirantes, ligando São Paulo a Campinas; rodovia Regis Bittencourt (BR 116), ligando São Paulo a Curitiba; rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares, estabelecendo a ligação da capital com Sorocaba e o oeste; Imigrantes e Anchieta, comunicando a capital com a Baixada Santista. Destacam-se também a BR 101, que corta o Brasil e estabelece diversos pontos de acesso ao litoral paulista, a rodovia dom Pedro I, ligando o vale do Paraíba a Campinas, as rodovias Presidente Dutra e Airton Sena, ligando São Paulo ao leste do Estado, e o Vale do Paraíba e a rodovia Santos Dumont, conectando as regiões metropolitanas de Campinas e Sorocaba. Dados de 2010 apontam que o PIB

da macrometrópole alcançava mais de 82% do PIB estadual e 28% do PIB brasileiro (Governo do Estado de São Paulo, 2014)

Os dados populacionais da Tabela 1 mostram que a população total da macrometrópole cresceu 1,15% ao ano durante a década de 2000-2010, taxa ligeiramente inferior à brasileira no período, 1,70% ao ano, mas superior à estadual, 1,09% ao ano. Esse crescimento foi diferencial por unidade territorial: foi pequeno na Grande São Paulo e atingiu seus valores máximos na RM Campinas e na aglomeração urbana de Piracicaba. As projeções para 2015 indicam uma taxa maior para o intervalo de 5 anos, de 1,50% ao ano, com aumento nas taxas de crescimento de todas as unidades territoriais, com exceção de Jundiaí.

Tabela 1 – População da macrometrópole em 2000, 2010 e 2015 e taxas geométricas de crescimento populacionais, por região

região	n° municípios	população			taxas	
		2000	2010	2015	2000-2010	2010-2015
Região Metropolitana de São Paulo	39	17.878.703	19.683.975	21.090.791	0,97	1,39
Região Metropolitana de Campinas	20	2.348.059	2.808.906	3.094.181	1,81	1,95
Região Metropolitana Baixada Santista	9	1.476.820	1.664.136	1.797.500	1,20	1,55
Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte	39	1.992.110	2.264.594	2.453.497	1,29	1,62
Região Metropolitana de Sorocaba	27	1.253.704	1.440.163	1.565.705	1,57	1,80
Aglomeração Urbana de Piracicaba	23	1.180.570	1.332.507	1.412.721	1,88	2,00
Aglomeração Urbana de Jundiaí	7	580.131	698.724	771.335	1,22	1,18
Microrregião de Bragantina	10	326.336	379.060	414.938	1,53	1,78
Macrometrópole	174	27.036.433	30.272.065	32.600.668	1,15	1,50

Fonte: Censos de 2000 e 2015, projeções populacionais de 2015 pela F Seade.

Cunha *et al.* (2013) demonstram que, nesse complexo urbano regional da macrometrópole, mais de 2 milhões de pessoas realizam movimentos pendulares (viagens cotidianas entre duas cidades por motivos de trabalho ou estudo) internamente à MMP – 14% da população economicamente ativa, segundo o Censo de 2010. Conforme esse mesmo autor, só na Grande São Paulo cerca de 1 milhão de pessoas realiza tais movimentos, mostrando a importância da metrópole paulista como polo de atração.

A macrometrópole, como um todo, apresentou aumento relativo da população estadual em 2010: seu peso na população do Estado de São Paulo era de 72,9% em 1991, passando a 73,5% em 2000 e alcançando 74% em 2010. Houve mudanças dos pesos relativos das unidades territoriais componentes: a RMSP perdeu proporção no total populacional, compensada pelo aumento da RM Campinas. As outras unidades territoriais ou mantiveram seu peso relativo ou apresentaram pequeno incremento. Note-se que a desconcentração industrial na metrópole paulista foi acompanhada pela desconcentração populacional. Dada a queda da fecundidade observada na segunda metade do século XX, a migração desempenhou um papel importante na distribuição espacial da população. Já em 1991 pode-se perceber queda nas taxas de crescimento das metrópoles brasileiras, tanto pelo decréscimo do número de filhos por mulher como pela redução de fluxos migratórios, sobretudo os de tipo rural-urbano, responsáveis pelo incremento da urbanização nos anos 1940 e 1950. Dados de Silva, Ortega e Cunha (2015) mostram que o saldo migratório diminuiu fortemente no Estado de São Paulo entre a década de 1990 e a primeira década dos anos 2000 (uma diminuição de 64%, passando de 1,32 milhão de migrantes para 473 mil). Para a macrometró-

pole, essa diminuição foi ainda maior, de 72%, com um total líquido de migrantes de 1,024 milhão na década de 1990 caindo para 291 mil nos anos 2000. A principal responsável por essa redução foi a metrópole de São Paulo, que apresentou, nos anos 2000, um saldo migratório de -300 mil. Em todas as outras unidades territoriais da macrometrópole, o saldo migratório entre 2000 e 2010 foi positivo, atingindo valores bastante altos na RM Campinas e em Sorocaba.

Informações publicadas no estudo de Silva, Ortega e Cunha (2015) – e aqui analisadas e retrabalhadas – permitem mostrar que, na década de 1990, 429 mil pessoas migraram dentro da MMP, num total de 1,7 migrante. Assim, 1,28 milhão de pessoas saíram da MMP (75% dos migrantes); entre os que saíram, 38% o fizeram em direção ao Nordeste e 13,40% para outros locais do próprio Estado de São Paulo.

Entre as diferentes unidades territoriais da macrometrópole, no quadro dos movimentos migratórios – ou seja, de mudança de residência –, o perfil de movimentações é distinto: entre os que estavam na região metropolitana de São Paulo em 2000, 19% eram moradores da RM Campinas e 21% do Vale do Paraíba/Litoral Norte. A grande maioria dos que mudaram de residência, saíram de um município localizado dentro da sua unidade territorial.

Os motivos para a migração no interior da macrometrópole ligam-se, cada vez mais, à busca de terrenos com preço acessível, desenvolvimento dos transportes, facilidade de acesso aos centros de consumo, serviços e lazer. Desse modo, tal migração, ao lado da intrametropolitana, aumenta os movimentos pendulares. O trabalho de Silva, Ortega e Cunha (2015, p. 21), que detalha a mobilidade pendular interna e externa nas regiões metropolitanas paulistas e aglomerações da macrometrópole, mostra que, apesar do grande volume de movimentos pendulares dentro da macrometrópole, o volume de movimentos pendulares externos aumentou de forma significativa entre 2000 e 2010. Trata-se de uma expansão territorial para além das metrópoles e, talvez, no futuro, pelo que os dados insinuam, para além do território macrometropolitano.

METODOLOGIA

SOBRE ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL

As pesquisas do Observatório das Metrôpoles têm procurado relacionar as transformações econômicas, sob o efeito combinado das transformações produtivas e tecnológicas que acompanham a globalização da economia mundial, com as transformações no mercado de trabalho e na estrutura social. Sassen (1991) explica essa tendência em função de uma demanda crescente por pessoal altamente qualificado, com remuneração alta, ao mesmo tempo que aumenta a procura por serviços complementares, como limpeza, segurança, manutenção, expandindo a demanda por empregos pouco qualificados, de baixos salários, e configurando uma estrutura social em forma de ampulheta. Essa imagem, que não encontra unanimidade entre pesquisadores, entra em contraposição à de um ovo, que representa a predominância de camadas médias e operárias na estrutura social e a presença reduzida de extratos superiores e inferiores na estrutura. Segundo colocação de De Mattos (2005:348), Wacquant (2001) considera ainda outro fator: o relativo afastamento do Estado das funções de assistência social da época fordista. A tendência ao aprofundamen-

to da polarização teria originado a cidade dual (Mollenkopf e Castells, 1991) e a cidade fractal (Soja, 2000). Assim, tanto a estrutura social como seu espelhamento espacial (estrutura socioespacial) se modificariam, com “tendência à emergência de novas metropolaridades, desigualdades e marginalizações étnica e racial” (Mattos, 2005:349).

Essas pesquisas têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social. A estrutura social “[...] é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses pontos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados a suas histórias” (Ribeiro, Lago, 2000:112), dentro de uma articulação que remete ao pensamento de Bourdieu (1989). É possível classificar empiricamente essas posições relativas segundo distintos agrupamentos sociais, que podem ser identificados pelo volume dos capitais econômico, social e simbólico que detêm. Nessa perspectiva, os indivíduos em posições semelhantes e sujeitos a condicionamentos similares desenvolveriam atitudes, interesses e práticas aproximadas. A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho como categoria estruturadora das relações sociais (Ribeiro, Lago, 2000:112).

Com base nesses pressupostos, elaboramos uma hierarquia sócio-ocupacional, através da construção de uma variável denominada categoria sócio-ocupacional. Tal variável tem como origem as variáveis censitárias de ocupação, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada de acordo com as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CUO), da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados censitários são os únicos disponíveis no Brasil com a capacidade simultânea de comparabilidade no tempo e no espaço. Como ponto de referência, foi utilizado o sistema de classificação de profissões da França, adotado pelo Institut National d’Economie et Statistique (INSEE); um primeiro trabalho comparativo foi realizado entre Paris e Rio de Janeiro (Preteceille e Ribeiro, 1998).

As categorias sócio-ocupacionais, através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual versus trabalho não manual, atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração as diferenças entre setores de produção. Assim, as CATS (categorias sócio-ocupacionais) foram construídas a partir das variáveis censitárias do questionário da amostra dos censos demográficos de 2000 e 2010: ocupação (trabalho remunerado ou não), posição na ocupação e setor de atividades. Essas variáveis censitárias, em 2000 e 2010, foram coletadas para todos os maiores de 10 anos de idade. Consideramos como categorias superiores, os dirigentes e profissionais de nível superior; já nas categorias médias, ficaram os pequenos empregadores e ocupações médias; nas categorias populares, os trabalhadores do terciário, secundário e terciário não especializado.

Categorias sócio-ocupacionais

Dirigentes	Grandes empregadores Dirigentes do setor público Dirigentes do setor privado
Profissionais de nível superior	Profissionais autônomos de nível superior Profissionais empregados de nível superior Profissionais estatutários de nível superior Professores de nível superior
Pequenos empregadores	Pequenos empregadores
Ocupações médias	Ocupações artísticas e similares Ocupações de escritório Ocupações de supervisão Ocupações técnicas Ocupações de saúde e educação Ocupações de segurança, justiça e correios
Trabalhadores do terciário	Trabalhadores do comércio Prestadores de serviços especializados
Trabalhadores do secundário	Trabalhadores manuais da indústria moderna Trabalhadores manuais da indústria tradicional Trabalhadores manuais de serviços auxiliares Trabalhadores manuais da construção civil
Trabalhadores do terciário não especializado	Prestadores de serviços não especializados Empregados domésticos Ambulantes e biscateiros
Agricultores	Trabalhadores agrícolas

SOBRE ESTRUTURA SOCIOESPACIAL

Outro objetivo do presente artigo é entender algumas das espacialidades da macrometrópole, ou seja, entender como a estrutura sócio-ocupacional se espacializa e quais mudanças nessa espacialização ocorreram na primeira década dos anos 2000. A estrutura espacial foi analisada a partir dos segmentos espaciais disponíveis para os dois anos censitários, 2000 e 2010. Os únicos segmentos espaciais comparáveis para os dois anos foram os municípios. Nem os setores censitários (a menor área de investigação censitária) nem as áreas de ponderação ou AEDS (agrupamento de setores censitários, visando a garantir a precisão das estimativas e resguardando o sigilo estatístico, em níveis geográficos menores que os do município) apresentaram o mesmo desenho em 2000 e 2010. Neste trabalho, como se pretende apenas a análise agregada dos municípios para caracterizar sua tipologia, foi possível usar a unidade espacial mínima comparável, no caso, a própria estrutura sócio-ocupacional do município. Intentamos, assim, classificar os municípios integrantes da macrometrópole de acordo com as características da distribuição de sua população ocupada. Trata-se da construção de uma tipologia de municípios macrometropolitanos, conforme o perfil ocupacional de seus habitantes para as duas datas, e da verificação de uma possível mudança tipológica na década.

1 "A análise de componentes principais é um procedimento estatístico utilizado na identificação de um número menor de variáveis não correlacionadas, chamadas 'componentes principais', a partir de um grande conjunto de dados. O objetivo da análise é explicar a quantidade máxima de variância com o menor número de componentes principais, a partir da ortogonalização de vetores" (Diniz, Mendonça e Andrade, p. 162). Ver também Rummel (1970), Ballock (1981) e Nunnally (1967).

Mantendo o princípio norteador da centralidade do trabalho na organização da sociedade, as informações sobre as ocupações (CATS) em cada um dos municípios da macrometrópole serviram de base para a construção da tipologia socioespacial. Os municípios da macrometrópole são, no total, 174, mas para três deles não existiam dados sobre as categorias sócio-ocupacionais para 2000 e 2010 (Conchas, Laranjal Paulista e Torres de Pedra, todos na Região Metropolitana de Sorocaba). A tipologia foi construída através de duas técnicas estatísticas multivariadas: a análise fatorial por componentes principais¹ e a classificação hierárquica ascendente. Na construção da tipologia, os dados de entrada da análise fatorial foram os 171 municípios e as 24 CATS, as variáveis. Com esses resultados, efetuou-se outro procedimento estatístico de construção da tipologia, que objetivou a determinação de agrupamentos homogêneos (*clusters*). Em outras palavras, essa técnica tem como ideia principal a geração de subgrupos, nos quais os indivíduos que os compõem possuem a máxima semelhança interna e, ao mesmo tempo, a maior diferenciação em referência a indivíduos de subgrupos distintos.² Tanto em 2000 como em 2010, um agrupamento ligou-se primordialmente à categoria sócio-ocupacional operária, um segundo à categoria agrícola e um terceiro às camadas médias e superiores.

Para a confecção de mapas, foi utilizado o *software* MapInfo.

ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL E SUA EVOLUÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO

A reestruturação industrial iniciada nos anos 1980 destruiu muitos postos de trabalho nas gerências intermediárias, num processo de verticalização da produção. A terceirização de muitas atividades mudou a estrutura ocupacional, transformando trabalhadores especializados em consultores subcontratados (a famosa pejetização), e as crises de 2008 e 2014, com a posterior recessão, promoveram a formação de uma empresa mais enxuta, exigindo maior produtividade e menor número de empregados.

Tabela 2 – Estrutura sócio-ocupacional resumida das unidades territoriais da MMP e sua evolução em 2000-2010

região	BAIXADA SANTISTA		BRAGANTINA		CAMPINAS		JUNDIAÍ		PIRACICABA		SÃO PAULO		SOROCABA		VPLN		MMP	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
categorias superiores	8,62%	10,73%	6,52%	10,31%	9,43%	12,50%	8,13%	13,20%	7,60%	10,01%	10,59%	14,61%	6,51%	10,28%	9,11%	10,73%	9,79%	13,39%
categorias médias	28,06%	25,19%	18,78%	20,34%	27,03%	26,74%	24,68%	27,98%	23,45%	22,62%	29,95%	28,73%	21,50%	21,93%	26,65%	23,48%	28,28%	27,19%
categorias populares	62,41%	63,17%	64,86%	60,40%	61,02%	58,81%	64,58%	56,73%	62,53%	62,68%	58,95%	56,08%	65,04%	61,58%	61,52%	62,23%	60,23%	57,82%
agricultores	0,91%	0,90%	9,84%	8,96%	2,53%	1,96%	2,61%	2,10%	6,43%	4,70%	0,51%	0,58%	6,95%	6,20%	2,73%	3,57%	1,70%	1,59%

Fonte: Dados censitários de 2000 e 2010.

A Tabela 2 mostra um aumento de 3,6 pontos percentuais nas categorias superiores para o total da macrometrópole. Esse percentual subiu em todas as unidades territoriais, mas chamam a atenção os pontos percentuais acrescidos na aglomeração urbana de Jundiaí, onde as categorias superiores subiram 5,07 pontos percentuais na década. A Aglomeração Urbana (AU) de Jundiaí é próxima à cidade de São Paulo e conta com dois eixos rodoviários importantes para a sua ligação com a capital. Esse

² Em 2000, o primeiro agrupamento de *cluster* forneceu quatro conjuntos, com totais de 94, 11, 35 e 31 municípios. O cluster 1, com 94 municípios, apresentou alta correlação com a categoria operária e foi novamente submetido a uma análise fatorial, resultando em três *subclusters*. O segundo guarda relação com a categoria agrícola e o terceiro, com as categorias dirigentes, ocupações médias e profissionais de nível superior. Para 2010, a primeira divisão resultou em três grandes grupos, com 122, 10 e 39 municípios. O primeiro apresenta alta correlação com a categoria trabalhadores do secundário e foi subdividido em três subgrupos, com 30, 27 e 65 municípios. O segundo relaciona-se com trabalhadores agrícolas e foi também subdividido em um cluster com correlação com categorias populares e outro com correlação com categorias operárias. O terceiro *cluster* apresenta correlação com dirigentes, profissionais de nível superior e ocupações médias, e foi subdividido em três *subclusters*, com 30, 27 e 65 municípios.

aumento das camadas superiores indica a presença de moradores que optaram por morar aí, em terrenos mais baratos que na capital e numa aglomeração de fácil acesso e boas condições de vida. Na RMSP, a subida das camadas superiores foi de 4,02 pontos percentuais, logo abaixo da AU de Jundiaí. Nas outras unidades territoriais, os valores foram inferiores, mas sempre superiores a 3 pontos percentuais, com exceção do Vale do Paraíba Litoral Norte, onde o aumento atingiu apenas 1,62 ponto percentual.

De um lado, dentro dessas camadas superiores, é notável a diminuição, em todas as unidades territoriais, do peso relativo dos dirigentes. A maior queda ocorreu na metrópole de São Paulo, quase 1 ponto percentual, seguida de Campinas, com 0,80 ponto percentual, e do Vale do Paraíba/Litoral Norte, com queda de 0,82 ponto percentual. De outro, em todas as áreas, há forte aumento dos profissionais de nível superior: São Paulo registrou um aumento de quase 5 pontos percentuais na década e Jundiaí, 5,70 pontos percentuais. Este último dado tende a confirmar a hipótese de que Jundiaí se configura como um dos locais de moradia escolhido pelos profissionais liberais, em razão dos preços atrativos dos imóveis, da proximidade e do fácil acesso à capital.

Se os dirigentes reduziram-se de 2,51% do total de ocupados para 1,68%, no conjunto da MMP, entre 2000 e 2010, eles também se dispersaram um pouco pelo território macrometropolitano, diminuindo a concentração na Região Metropolitana de São Paulo e aumentando sua presença relativa nas outras unidades territoriais, com exceção do Vale do Paraíba/Litoral Norte. Em números absolutos, os dirigentes decresceram em 45 mil ocupados neste início de milênio. Essa diminuição ocorreu em quase todas as unidades territoriais, sendo que na metrópole de São Paulo houve perda de 33,5 mil ocupados e na Região Metropolitana Vale do Paraíba/Litoral Norte houve redução de mais de 9 mil ocupados. A única unidade territorial com ligeiro crescimento do número de ocupados no grupo dos dirigentes foi a Região Metropolitana de Sorocaba, com aumento de quase 1.400 ocupados nessa categoria.

Já os profissionais de nível superior tiveram um grande aumento percentual, 4,43 pontos percentuais para o total da macrometrópole. Em números absolutos, isso representa um aumento de quase 800 mil ocupados nessa categoria sócio-ocupacional. Tal aumento percentual foi verificado em todas as unidades regionais. Os maiores aumentos relativos ocorreram nas unidades territoriais de Jundiaí, com aumento de 4,94 pontos percentuais, e na Região Metropolitana de São Paulo, com aumento de 4,99 pontos percentuais. O maior número de profissionais de nível superior concentra-se na metrópole paulista, onde mais de 70% deles residem. Em Jundiaí, a concentração é de apenas 2,31% em 2010, mas representa o dobro da de 2000, quando apresentava 1,67%. Isso evidencia uma mudança no perfil da unidade territorial de Jundiaí. A segunda maior concentração de profissionais de nível superior encontra-se em Campinas, com residência de 9% deles. Por sua vez, o Vale do Paraíba/Litoral Norte apresentou, em 2010, concentração menor, passando de 9,23% dos profissionais liberais residentes na macrometrópole em 2000 para 5,89% em 2010.

Em relação às camadas médias, o peso percentual praticamente se manteve no total da macrometrópole, com uma pequena perda de 0,32 ponto percentual. O comportamento de cada unidade territorial foi distinto: houve perda na RMSP (-0,47), na AU Piracicaba (-0,09), no Vale do Paraíba/Litoral Norte (perda maior, isto é, de -2,28 pontos percentuais) e na Baixada Santista (-1,91). As regiões de Campinas (0,44), Sorocaba (1,00), Bragançopolis (2,31) e de Jundiaí (4,14) atestaram aumento das categorias médias. Novamente, chama a atenção o forte aumento em Jundiaí, que concentrava

1,90% das ocupações médias em 2000, mas que passa a concentrar 2,96% em 2010.

Nas camadas populares urbanas, a macrometrópole apresentou uma perda relativa de -2,41 pontos percentuais, mas com ganho de 475 mil ocupados. Houve aumento da concentração desses trabalhadores na maioria das unidades territoriais, com exceção da Região Metropolitana de São Paulo, onde a concentração caiu de 59,19% dos trabalhadores do secundário residentes na macrometrópole para 58,84%, e do Vale do Paraíba/Litoral Norte, com perda de 1,97 ponto percentual. Deve ser notado, porém, que em números absolutos, mesmo na metrópole paulista, houve um aumento de mais de 270 mil trabalhadores do secundário nela residentes. Já no Vale do Paraíba/Litoral Norte, a perda foi inclusive em números absolutos, isto é, de 16.134 trabalhadores do secundário.

Apenas nas regiões da Baixada Santista (0,76) e Piracicaba (0,15) houve ligeiríssimo aumento do peso relativo das camadas populares urbanas. Nas outras regiões houve perda relativa de proporção de trabalhadores secundários, embora esta perda relativa esconda um aumento em números absolutos, com exceção no já citado caso do Vale do Paraíba/Litoral Norte. Campinas e São Paulo perderam quase 2 pontos percentuais de trabalhadores secundários entre 2000 e 2010, mas com ganho absoluto. Enquanto operários das indústrias moderna e tradicional tiveram perdas relativas em todas as unidades territoriais, no total da macrometrópole, os trabalhadores da indústria moderna, que representavam 7,34% dos ocupados em 2000, reduziram-se a 6,15% em 2010; já os da indústria tradicional, com 4,61% dos ocupados em 2000, caíram para 3,61% dos ocupados em 2010 – os trabalhadores da construção civil aumentaram seu peso na década de 6,22% para 7,28% dos ocupados. O aumento foi mais significativo na Baixada Santista, Bragantina, Sorocaba e no Vale do Paraíba/Litoral Norte. A única unidade territorial com menor proporção de operários da construção civil em 2010, em relação a 2000, foi Jundiá, embora em números absolutos apresente um ganho de pouco mais de 3.000 operários. O ganho na macrometrópole para os operários da construção civil foi de mais de 308 mil trabalhadores nesse setor, o que representa 65% do aumento dos trabalhadores do secundário.

Concernente aos trabalhadores do terciário, o comportamento das distintas regiões foi de pouca perda e/ou pouco ganho. Por exemplo, a Região Metropolitana de São Paulo perdeu 0,63, enquanto o Vale do Paraíba/Litoral Norte ganhou 0,87. O total absoluto de trabalhadores do terciário na macrometrópole aumentou 448,3 mil ocupados na década analisada, concentrados na metrópole de São Paulo.

Os trabalhadores do terciário não especializado representavam 16,71% do total de ocupados da macrometrópole em 2000, proporção que se reduziu ligeiramente para 15,98% em 2010. A redução é pequena em todas as unidades territoriais, salvo em Bragantina, onde atingiu quase 4 pontos percentuais, e em Piracicaba, com mais de 2 pontos percentuais.

É no subgrupo dos trabalhadores agrícolas que surge a maior diferença entre as regiões: se na RMSP eles eram 0,58% do total de ocupados em 2010, na microrregião Bragantina, alcançavam, na mesma data, 9,96% dos ocupados, em Piracicaba, 4,70%, em Sorocaba, 6,20%, no Vale do Paraíba/Litoral Norte, 3,57%. Há regiões na MMP em que as atividades agrícolas ainda são importantes.

Resumindo, em relação à distribuição das categorias sócio-ocupacionais na macrometrópole, observamos:

- Diminuição percentual e absoluta dos dirigentes e sua desconcentração para distintas unidades territoriais da macrometrópole;
- Aumento da proporção de profissionais de nível superior em todas as unidades territoriais, embora a grande concentração ainda seja na metrópole de São Paulo;
- Manutenção da proporção de camadas médias;
- Manutenção da proporção de trabalhadores do terciário, também concentrados na metrópole paulista, com aumento em números absolutos de 448 mil ocupados, dos quais 228 mil na Grande São Paulo;
- Diminuição da proporção dos trabalhadores do secundário no total da macrometrópole e em quase todas as unidades territoriais, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, onde sua proporção caiu de 23,88% dos ocupados para 21,97%, embora com um aumento, em números absolutos, de mais de 270 mil ocupados. É necessário cuidado para se falar em diminuição da indústria na metrópole paulista: mesmo com as empresas “enxugando” o número de empregados, há quase 2 milhões de empregados industriais na metrópole de São Paulo, quase 59% dos trabalhadores do secundário na MMP;
- Perda percentual pequena para os trabalhadores do terciário não especializado, sobretudo em razão da perda relativa e absoluta de ambulantes e biscateiros entre 2000 e 2010. Convém sublinhar o aumento de empregados domésticos, representando 5,32% dos ocupados no ano 2000 e, em 2010, 6,79%. Esse aumento registrou-se em todas as unidades territoriais.
- Importância dos trabalhadores agrícolas em algumas unidades territoriais, como Bragançinha, Piracicaba e Sorocaba.

Ribeiro (2016), analisando os dados para municípios metropolitanos e não metropolitanos, verificou que a maior tendência para a década 2000-2010 pode ser resumida no aumento da participação dos profissionais de nível superior e na redução dos trabalhadores agrícolas. Nos municípios não metropolitanos, ao contrário do que acontece nos metropolitanos e nos municípios da macrometrópole como um todo, há um aumento da proporção dos trabalhadores secundários, assim como ligeiro aumento dos trabalhadores do terciário e das ocupações médias. Nos municípios não metropolitanos, o aumento dos profissionais de nível superior foi, igualmente, expressivo, mais de 80%.

A estrutura sócio-ocupacional da macrometrópole se aproxima da estrutura dos municípios metropolitanos e suas mudanças na década, embora pequenas, seguem a mesma direção. Esse dado ajuda a colocar os municípios da macrometrópole num patamar que se aproxima dos municípios metropolitanos, mostrando a especificidade desta cidade região.

O comportamento das chamadas categorias médias na macrometrópole (ocupações médias e pequenos empregadores) modificou-se pouco na década, passando de 28,28% do total de ocupados para 27,9%. As proporções desses grupos sócio-ocupacionais nos municípios metropolitanos seguiram essa mesma direção. Já nos não metropolitanos, houve uma certa manutenção, mas com sentido inverso: pequeno aumento de 18,6% para 18,9%. A alteração mais evidente ocorreu nas camadas superiores, com redução dos dirigentes e aumento dos profissionais de nível superior, nos municípios metropolitanos, não metropolitanos e macrometropolitanos. Nas camadas populares, ocorreu aumento de 2 pontos percentuais nos municípios metropolita-

nos e não metropolitanos e redução nos macrometropolitanos. Uma explicação para o fato pode estar ligada ao preço da terra, que impele os trabalhadores a fixar residência em municípios fora da macrometrópole, onde o preço da terra é menor. Os dados populacionais indicam também uma migração pendular crescente para o espaço externo da MMP. Enfim, essa é apenas uma hipótese a ser, ainda, confirmada.

ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DAS UNIDADES TERRITORIAIS DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Os 171 municípios foram agrupados, a partir de uma análise fatorial, em seis tipos de áreas, a saber:

- Municípios superiores médios;
- Municípios operários modernos;
- Municípios populares;
- Municípios operário-agrícolas;
- Municípios agrícola-operários
- Municípios agrícola-populares

Tabela 3 – Densidades relativas por tipos de áreas, 2000 e 2010

Categorias socioocupacionais	operário moderno		popular		op agrícola		superior médio		agrícola popular		agrícola op	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
	31 municípios	30 municípios	23 municípios	27 municípios	56 municípios	65 municípios	12 municípios	10 municípios	49 municípios	23 municípios	16 municípios	16 municípios
Empresários	0,48	0,40	0,53	0,62	0,98	1,09	1,23	1,23	0,58	0,57	0,87	0,87
Dirigentes Público	1,03	0,78	0,99	0,88	0,94	0,96	1,02	1,12	0,83	0,71	0,84	0,84
Dirigentes Privado	0,31	0,26	0,19	0,18	0,58	0,50	1,47	1,61	0,10	0,06	0,18	0,18
dirigentes	0,45	0,42	0,42	0,54	0,81	0,93	1,32	1,31	0,40	0,46	0,69	0,69
Superior Autônomos	0,40	0,45	0,69	0,47	0,80	0,85	1,30	1,35	0,45	0,37	0,46	0,46
Superior empregados	0,46	0,57	0,40	0,32	0,69	0,73	1,35	1,38	0,27	0,20	0,29	0,29
Estatutários	0,45	0,52	0,57	0,95	0,69	0,92	1,33	1,23	0,46	0,38	0,62	0,62
Professores Superior	0,65	0,76	0,72	0,94	1,05	1,02	1,13	1,09	0,71	0,99	0,85	0,85
profissionais de nível superior	0,49	0,59	0,56	0,52	0,81	0,83	1,28	1,30	0,44	0,43	0,47	0,47
Pequenos empregadores	0,56	0,53	0,86	0,92	1,10	1,15	1,12	1,12	0,80	1,00	0,84	0,84
Artesãos	0,72	0,67	0,78	1,06	0,96	1,08	1,12	1,08	0,89	1,10	0,95	0,95
Empregados Escritório	0,88	1,01	0,67	0,66	0,74	0,83	1,18	1,13	0,38	0,40	0,52	0,52
Supervisão	0,87	0,85	0,80	0,64	0,89	0,89	1,11	1,16	0,60	0,43	0,63	0,63
Técnicos Artistas	0,84	0,88	0,70	0,61	0,80	0,88	1,17	1,16	0,36	0,34	0,45	0,45
Saúde Educação	0,98	1,00	0,96	0,98	0,96	0,90	1,03	1,06	0,77	0,64	0,59	0,59
Segurança Justiça	0,93	0,92	1,10	1,35	1,03	1,00	1,02	1,01	0,53	0,55	0,49	0,49
ocupações médias	0,88	0,93	0,76	0,73	0,83	0,88	1,14	1,13	0,49	0,46	0,56	0,56
Empregados Comércio	0,98	0,99	1,04	1,25	0,95	0,95	1,02	1,00	0,81	0,83	0,83	0,83
Especializados	1,08	1,07	1,22	1,27	0,81	0,88	1,03	1,01	0,58	0,71	0,69	0,69
trabalhadores do terciário	1,03	1,03	1,13	1,26	0,88	0,92	1,03	1,01	0,69	0,78	0,77	0,77
Indústria Moderna	1,47	1,43	0,68	0,63	1,21	1,26	0,85	0,78	0,63	0,64	1,09	1,09
Serviços auxiliares	1,29	1,24	0,69	0,72	1,18	1,12	0,90	0,89	0,90	0,67	1,37	1,37
Construção Civil	1,20	1,28	1,69	0,81	1,29	1,30	0,75	0,78	1,32	1,30	1,50	1,50
Indústria Tradicional	1,45	1,14	0,90	1,73	1,10	1,27	0,84	0,74	1,10	1,31	1,22	1,22
trabalhadores do secundário	1,35	1,27	1,02	1,03	1,20	1,25	0,83	0,79	0,99	0,93	1,29	1,29
Não especializados	1,15	1,36	1,34	1,25	0,93	0,85	0,94	0,92	0,81	0,69	0,77	0,77
Domésticos	0,95	0,97	1,69	1,67	1,16	1,02	0,86	0,92	1,49	1,30	0,92	0,92
Biscateiros	1,08	1,05	1,30	1,33	0,93	0,90	0,97	0,99	0,74	1,01	0,97	0,97
trabalhadores do terciário não especializado	1,04	1,14	1,49	1,46	1,04	0,93	0,91	0,93	1,11	1,01	0,86	0,86
Agrícolas	0,39	0,33	0,93	1,56	2,18	1,91	0,19	0,22	14,71	17,68	11,95	11,95
total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Censos de 2000 e 2010.

A Tabela 3 mostra as densidades relativas³ de cada categoria sócio-ocupacional por tipo de município, em 2000 e 2010. Observa-se que as distribuições são semelhantes nas duas datas, o que garante que os nomes dados aos tipos nos dois anos seguiram o mesmo critério, ou seja, o que foi chamado superior médio em 2000 seria também superior médio em 2010, respeitadas as diferenças nos valores das densidades. As distribuições são paralelas e com valores equivalentes. A Tabela

3 Densidade relativa é o quociente entre a densidade de cada CAT no cluster e a densidade média no total da macrometrópole. Por exemplo, uma densidade de 1,32 de dirigentes no cluster superior médio significa que neste cluster existe 1,32 vezes a proporção de dirigentes que na média da macrometrópole

6 apresenta o número de municípios em cada tipologia e a população ocupada nele residente.

Tabela 4 – Municípios e população ocupada por tipologia de município, MMP, 2000 e 2010

MMP tipologia	2000			2010		
	municípios	população ocupada	%	municípios	população ocupada	%
superior média	12	6.146.686	56,73%	10	6.942.220	51,50%
operário moderno	31	1.805.569	16,66%	30	2.527.053	18,75%
operário agrícola	56	1.889.651	17,44%	65	2.953.417	21,91%
popular	23	714.747	6,60%	27	777.507	5,77%
agrícola operário				23	125.124	0,93%
agrícola popular	49	285.661	2,64%	16	155.743	1,16%
total	171	10.835.314	100,00%	171	13.481.064	100,00%

Fonte: Censos de 2000 e 2010

Em 2000 e 2010, o tipo de município “modal” é o chamado operário-agrícola, que reúne 56 municípios em 2000 e 65 em 2010. Embora seja o tipo de município que mais apareça na macrometrópole, trata-se, nos dois anos, de municípios de pequena dimensão, tanto que agrupam 17,44% da população ocupada em 2000 e 21,91% em 2010. São municípios onde os trabalhadores secundários alcançam mais de 30% entre os ocupados e que ainda servem de residência para quase 4% de trabalhadores agrícolas em 2000 e 3,11% em 2010. Um estudo da concentração de trabalhadores secundários no total da MMP mostrou que 21% deles residiam nesses municípios em 2000 e 27,5% em 2010 – para o caso dos trabalhadores agrícolas, 38% em 2000 e 42% em 2010.

Os municípios mais populosos estão na tipologia superior média. Os 12 municípios do ano 2000 agregam quase 57% da população ocupada e os 10 municípios de 2010, 51,50% da população ocupada da macrometrópole. O peso do município de São Paulo se evidencia aqui. O perfil dos municípios superior médios em 2000 e 2010 apresenta algumas variações: em 2000, o percentual de dirigentes atingiu 3,31% do total de ocupados; já em 2010, essa porcentagem caiu para 2,21%. Já a proporção de profissionais de nível superior, que era de 9,34% em 2000, subiu para 15,18% em 2010. Entre os trabalhadores do terciário, houve uma pequena mudança, de 18,57% em 2000 para 17,96% em 2010. O percentual de trabalhadores do secundário continuou caindo, de 21,11% em 2000 para 18,87% em 2010. A queda foi mais forte entre os ocupados da chamada indústria moderna. Observa-se, ainda, que, além da diminuição da percentagem de dirigentes, em 2010 sua concentração foi menor: 67,55% dos dirigentes residiam nos municípios superiores médios, enquanto em 2000 esse percentual alcançou 74,66%. Entre os profissionais de nível superior, vê-se o mesmo fenômeno: uma maior dispersão pelos diversos municípios da macrometrópole – em 2000, 73% residiam nos municípios superiores médios, em 2010, o percentual reduziu-se para 66,82%. A análise das informações do período 2000-2010 conduz à verificação da diminuição da concentração das camadas superiores nos municípios da tipologia superior média.

Os municípios da tipologia operário moderno eram 31 em 2000, agrupando 16,66% dos ocupados, e passaram a 30 em 2010, com 18,75% dos ocupados. O perfil em 2000 e 2010 também sofreu uma inflexão: em 2000, a porcentagem de ocupados nessa tipologia, classificados como trabalhadores do secundário, foi de 34,44% do total, enquanto em 2010 a proporção desceu para 30,42%. A redução entre os operários da indústria moderna foi de 2 pontos percentuais. Nessa tipologia, a proporção de

profissionais de nível superior aumentou de 3,59% em 2000 para 6,88% em 2010. Entre os trabalhadores do terciário não especializado, houve um aumento de 1 ponto percentual na década.

Os municípios da tipologia popular eram 23 em 2000, com 6,60% da população ocupada total, passando a 27 em 2010, com 5,77% da população total. São municípios com um perfil bastante específico; eles apresentam mais de 35% dos seus ocupados em ocupações como construção civil e trabalhadores do terciário não especializado: 26% em 2000 e 35,94% em 2010. Nesses municípios, a proporção de ocupados das categorias superiores é baixa, em torno de 5,13% em 2000 e 6,96% em 2010. Embora sejam relativamente pequenos, com apenas 6,60% dos ocupados em 2000 e 5,77% em 2010, a concentração de moradores trabalhando na construção civil é relevante: 11,16% dos operários da construção civil residiam nos municípios dessa tipologia em 2000 e 9,96% em 2010. Em relação aos trabalhadores do terciário não especializado, as proporções de residentes são 9,86% e 8,43% para os respectivos anos.

A tipologia agrícola-operária não existia em 2000. Ela tornou-se mais clara apenas em 2010, a partir da transformação de alguns municípios anteriormente pertencentes à tipologia agrícola-popular. São apenas 23 municípios pequenos, com 0,93% do total da população ocupada. Distinguem-se por servirem de residência a relevante percentual de trabalhadores do secundário: em 2010, 30,93% dos seus residentes ocupados eram trabalhadores do secundário e 19,41%, trabalhadores agrícolas. A concentração desses trabalhadores do secundário na tipologia é mínima, cerca de 1%. Mas a proporção de 30%, sendo mais de 10% na indústria tradicional, fornece certa especificidade.

Os municípios da tipologia agrícola-popular eram 49 em 2000 e 16 em 2010, nos quais residiam 2,64% e 1,16% da população ocupada, respectivamente. Esses municípios têm perfil claro de residência de trabalhadores agrícolas, de forma mais visível em 2000, quando 38,79% dos moradores eram de tal categoria sócio-ocupacional. Em 2010, esse percentual cai bastante (19,41%), em razão da existência de outro *cluster* agrícola. Em 2000, os municípios do *cluster* agrícola popular concentravam 38,79% dos trabalhadores agrícolas; já em 2010, a proporção cai para 20,43%. Entre trabalhadores do terciário não especializado, trabalhadores da construção civil e camadas populares, em 2000, 28,18% dos residentes dos municípios agrícola-populares pertenciam a essas categorias, enquanto em 2010 o percentual foi de 22,64%.

Tabela 5 – Resumo das mudanças nas tipologias dos municípios da MMP

2000	2010	municípios
superior médio	popular	1
superior médio	operário agrícola	1
operário moderno	operário agrícola	4
operário agrícola	operário moderno	1
operário agrícola	popular	5
operário agrícola	agrícola popular	1
popular	operário moderno	2
popular	operário agrícola	4
agrícola popular	operário agrícola	6
agrícola popular	popular	4
agrícola popular	agrícola operário	17
	total	46

Fonte: Censo de 2000 e 2010.

A Tabela 5 mostra que 46 municípios da macrometrópole – dos 171 analisados – mudaram de tipologia entre 2000 e 2010, numa proporção de pouco mais de 1/4 dos municípios. Entre eles, 34 mudaram para categoria superior e 12 para categoria inferior. O maior número de mudanças ocorreu entre os municípios classificados na base hierárquica em 2000. Dos que foram rotulados como agrícola-populares, 27 reclassificaram-se como operário-agrícolas, populares e agrícola-operários; dois municípios classificados como populares transformaram-se em operários; um município operário-agrícola transformou-se em operário-moderno. Além disso, dois municípios superiores deixaram de sê-lo, um município operário moderno virou operário-agrícola, outros dois operários transformaram-se em popular e agrícola-popular e um popular transformou-se em agrícola-popular.

Em relação às Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Jundiaí, a tipologia mostrou-se mais estável. As regiões de Campinas, Sorocaba e Piracicaba apresentaram mudanças mais significativas de tipologia municipal, com mais de 35% dos seus municípios denotando mudança tipológica. A Região Metropolitana do Vale do Paraíba/Litoral Norte e a Microrregião Bragantina tiveram 1/5 dos seus municípios com alguma mudança tipológica.

Tabela 6 – Mudanças tipológicas dos municípios por região, dentro da MMP

região	subiram	deceram	total mudanças	total municípios	% mudanças
RMSP	4		4	39	10,26%
RM Baixada Santista	1		1	9	11,11%
RM Campinas	5	4	9	20	45,00%
RMVPLN	5	5	10	39	25,64%
AU Jundiaí	1		1	7	14,29%
RM Sorocaba*	7	2	9	25	36,00%
Au Piracicaba	9	1	10	22	45,45%
MR Bragantina	2		2	10	20,00%
	34	12	46	171	26,90%
Para a RM Sorocaba faltam informações de alguns municípios					

Os Mapas 1 e 2 mostram a relativa estabilidade tipológica da MMP, embora algumas distinções importantes possam ser notadas: muitos dos municípios, ao norte e a leste, agrícola-populares em 2000 tornam-se agrícola-operários; a faixa litorânea, popular em 2000, continua popular em 2010; próximo a Campinas e Piracicaba, aumentou-se o número de municípios operários modernos. O eixo leste, no Vale do Paraíba, firma-se como operário-agrícola, ainda que, de forma surpreendente, São José dos Campos altere seu tipo superior médio de 2000 para operário-agrícola em 2010. O “rebaixamento” registrado em Aparecida, também na Região Metropolitana Vale do Paraíba/Litoral Norte, já não foi tão surpreendente.

Os problemas de análise espacial em relação à escala aparecem aí com clareza. No âmbito da agregação por município, a grande vantagem é o recorte espacial idêntico para as duas datas. Mas, ao se caracterizar uma grande mancha de forma homogênea, a perda de detalhes territoriais é grande. No caso da Região Metropolitana Vale do Paraíba/Litoral Norte, um detalhamento com segmentos espaciais menores, embora torne a comparação problemática, pode fornecer maior clareza: no mapa do ano 2000, o eixo que segue a via Dutra aparece esboçado, ficando mais claro em 2010, com a manutenção de áreas operárias e o surgimento de áreas superiores médias ao longo

de todo eixo. A análise fatorial por áreas de ponderação, mesmo que com segmentos espaciais não coincidentes nas duas datas, permitirá uma leitura espacial mais refinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A macrometrópole paulista constitui uma categoria intermediária entre as áreas metropolitanas e o total do Estado. Segundo muitos autores, estamos diante de um processo novo e de uma nova forma de produção do espaço. Lencione (2004:1) comenta que “atualmente planejadores e pesquisadores têm se debruçado sobre um novo fato de caráter metropolitano, que se expressa pela extensão territorial da mancha urbana das metrópoles.” Para Scott, Agnew, Soja e Storper (2001:11), esse fenômeno, que denominam de cidade-região, não seria uma supermetrópole, mas uma nova forma de organização. Magalhães (2008) assinala que a cidade-região seria uma forma apropriada para o regime de acumulação flexível, um processo associado à reestruturação produtiva. “A macrometrópole não possui reconhecimento legal, mas de fato, e sua definição teórica conceitual bem como físico administrativa tem sido constantemente revisada e complementada em função de debates técnicos e políticos” (Tavares, 2018:117).

O presente artigo contribui para um maior conhecimento empírico de algumas de suas características nos anos 2000. A análise mostrou uma desconcentração dos dirigentes pelo território da macrometrópole – mudança importante em relação a uma tradicional concentração na metrópole de São Paulo. O aumento de profissionais liberais foi observado em todas as unidades territoriais componentes da macrometrópole. Os trabalhadores secundários também tiveram sua proporção reduzida entre 2000 e 2010 nos municípios macrometropolitanos. Essa redução só não aconteceu na aglomeração urbana de Piracicaba. A redução foi forte também entre trabalhadores das indústrias modernas (19,3%), tradicional (27,7%) e de serviços auxiliares (5%). Mas, entre os operários da construção civil, ocorreu um aumento de 16,4% entre os ocupados. Tais dados revelam tanto algum reflexo do programa Minha Casa, Minha Vida, iniciado em 2009, quanto a mudança da indústria tradicional para outras regiões brasileiras. O ganho na proporção de trabalhadores da construção civil foi considerável na Baixada Santista (aumento de 162%), Sorocaba (126%) e Piracicaba (113%). Mesmo na metrópole de São Paulo, houve um aumento de 106% no número de operários da construção civil. Ocupações médias e trabalhadores do terciário especializado mantiveram suas proporções relativas, enquanto os trabalhadores do terciário não especializado apresentaram perda entre ambulantes e biscateiros, mas aconteceu um aumento não desprezível de empregados domésticos (127%). São tendências conflitantes com o modelo de crescimento do século passado, de base fordista, e mostram uma transição para um desenvolvimento da indústria flexível, com maior capitalização das plantas industriais e menor demanda por mão de obra. Atualmente, a implantação das indústrias obedece a uma nova lógica: podem estar em qualquer lugar onde se garantam fluxos de informação e infraestrutura de transportes. E a desconcentração das atividades industriais é acompanhada da dispersão de atividades terciárias e da moradia.

Por sua vez, essa mudança na estrutura sócio-ocupacional é acompanhada da mudança tipológica dos municípios que compõem a macrometrópole. O tipo preponderante, tanto em 2000 com em 2010, foi o município com perfil operário- agrícola. É

Suzana Pasternak é Graduada em Arquitetura pela Universidade Mackenzie (1966), mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1975), doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, livre docente pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2001). É coordenadora do Observatório das Metrôpoles São Paulo. Professora titular do Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. E-mail: suzanapasternak@gmail.com
ORCID: 000-0002-6605-0022

Lúcia Maria Machado Bógus é Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1970), mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981) e doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

(1988). Coordena o Observatório das Metrôpoles São Paulo. Pesquisadora 1A CNPq, Professora titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: lubogus@uol.com.br
ORCID: 0000-0001-3431-7298

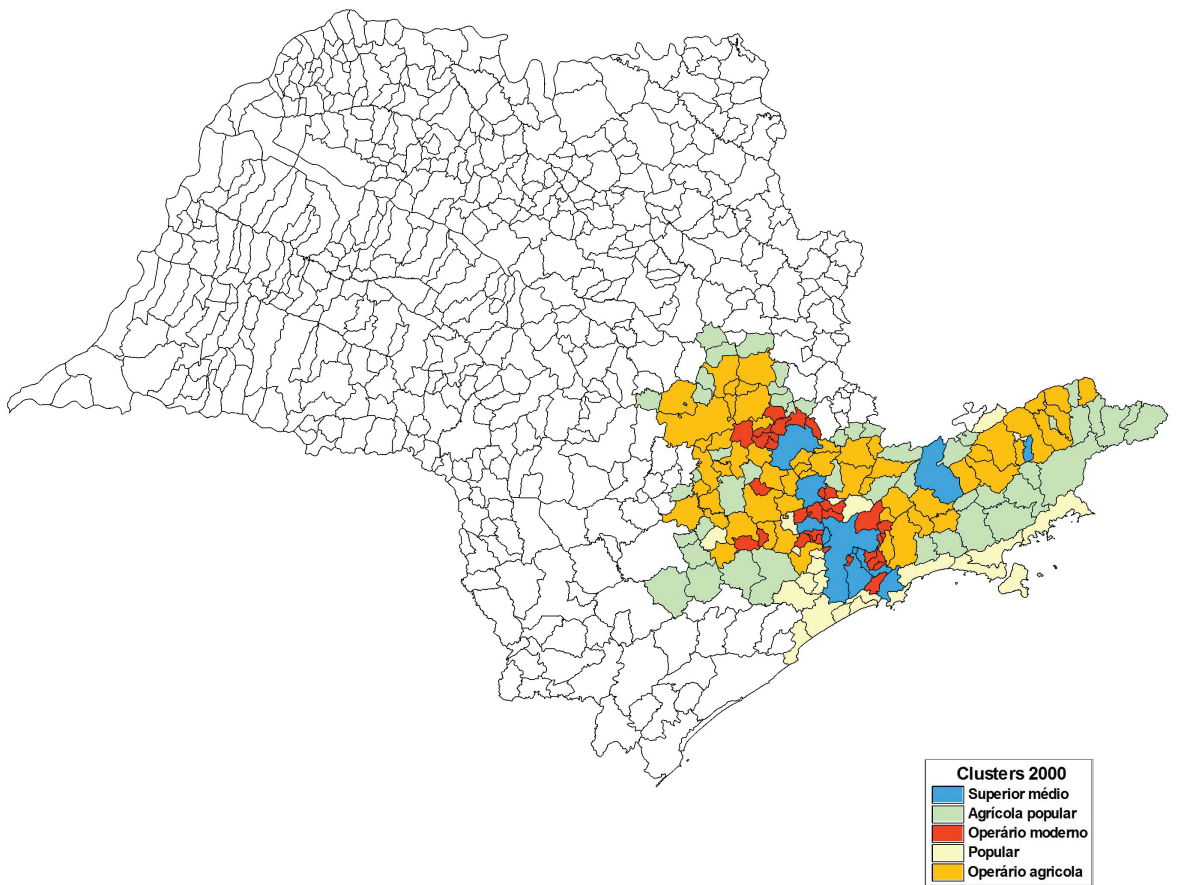
Artigo recebido em 12 de abril de 2018 e aprovado para publicação em 08 de março de 2019.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY).

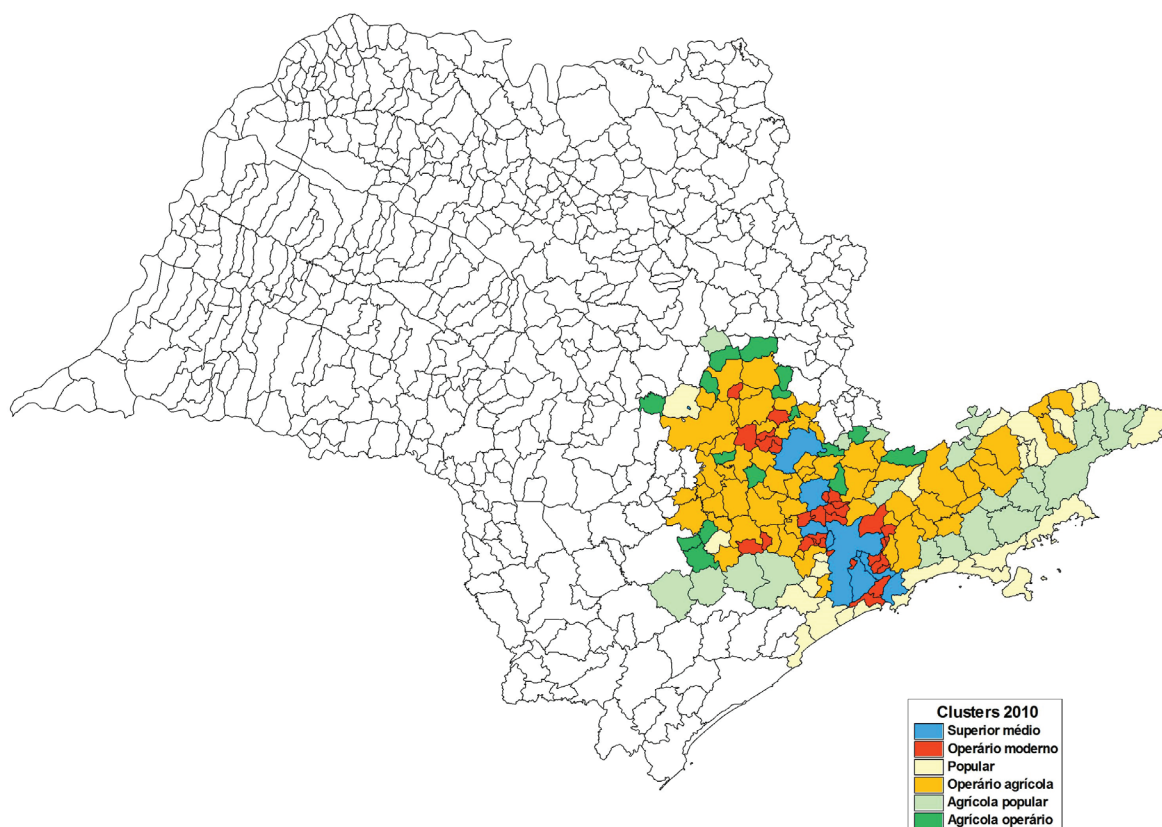
constituído por municípios de pequena dimensão populacional, com cerca de 30% da população ocupada categorizada como trabalhadores secundários e que apresentam, ainda, grande concentração de trabalhadores agrícolas. Entre os 171 municípios analisados, 46 mudaram de tipologia na primeira década do século XXI. A maior parte deles – 34 – subiu na hierarquia, mostrando abrigar mais trabalhadores do terciário, ocupações médias e profissionais de nível superior. As regiões de Campinas, Sorocaba e Piracicaba são as que tiveram mais mudanças na tipologia de seus municípios.

Uma análise espacial mais explicativa exigiria uma escala territorial de alcance inferior à do município. A tipologia apenas fornece tendências gerais, úteis, sem dúvida, para compreensão do fenômeno macrometropolitano, mas ainda incipientes para embasar modelos mais abrangentes de planejamento territorial.

Mapa 1 – Tipologia dos municípios da macrometrópole paulista em 2000



Mapa 2 – Tipologia dos municípios da macrometrópole paulista em 2010



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLALOCK, H.M. (1981) **Estadística Social México**, Fondo de Cultura Economica
- BOGUS, L.M.M e PASTERNAK, S. (2015) **São Paulo: transformações da ordem urbana**. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- BOURDIEU, P (1989) **O poder simbólico Lisboa**, Difel .
- CARLOS, A.F.S. (1999) Novas contradições do espaço. In CARLOS, A.F.S e SEABRA, O. de L (org) **O espaço no fim do século: a nova raridade** São Paulo, Editora Contexto.
- CHILDE, G. (1960) **O que aconteceu na história**. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARDOSO, a e PRETECEILLE, E (2017)- Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual o seu tamanho? Como vem mudando? **Dados- Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol 60, nº 4, p 997-1023.
- CUNHA, J.M. et al (2013) **Dinâmica demográfica, migração e projeção populacional da Macrometrópole Paulista**. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM), Emplasa.
- DE MATTOS, C (2005) Crescimento metropolitano na América Latina In CAMPLOINA, C et al (org) **Economia e território**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, p 341-364.
- DINIZ, A; MENDONÇA, J e ANDREADE, L (2018) As regiões metropolitanas brasileiras e a estrutura social em uma década de mudanças 2000-2010 **GOT (Geografia e Ordenamento do Território, revista eletrônica)**, p143-176, dezembro.
- Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Casa Civil & Emplasa (2014) Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2040: cenários e desafios da macrometrópole, vol 3 São Paulo, Emplasa.

- LEFEBVRE, H. (1970) **La révolution urbaine**. Paris, Gallimard.
- LENCIONI, S. (2004) A emergência de um fato urbano de caráter metropolitanos em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. X Encontro Nacional da ANPUR, ST-2.
- LENCIONI, S. (2011) A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomeração urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba.
- LENCIONI, S. (2015) Urbanização difusa e a constituição de megaregiões. O caso de São Paulo- Rio de Janeiro. E-metropolis (Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais), p 7-15.
- LIMONAD, E. (2007) Nunca fomos tão metropolitanos In REIS , N.G. e TANAKA, M. (org) **Estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo, Via das Artes/ FAPESP.
- MAGALHÃES, F.N.L. (2008) **Transformações socioespaciais na cidade –região em formação: a economia política do novo arranjo espacial metropolitanos**. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG.
- MOLLENKOFF, J. CATELLS, M (1991) **Dual City** New York, The Russel Foundation.
- NUNNALLY, J.C. (1967) **Psychometric Theory** . New York, McGraw –Hill Book Company.
- PAIVA, R. A. (2016). Sobre a relação indústria e urbanização. **Revista e-metropolis** nº27, ano 7, dezembro de 2016.
- PRETECEILL, E. e ROBEIRO, L.C.Q. (1998) Estrutura social e segregação urbana: um estudo comparativo Rio de Janeiro e Paris. Caxambu, XXII Encontro Anual da ANPOCS.
- RIBEIRO, LCQ e LAGO, L (2000) O espaço social das grandes metrópoles Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p111-127.
- REIS FILHO, N.G. (1968) **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo, Pioneira/EDUSP.
- RIBEIRO, L.C.Q.; RIBEIRO. M.G. (2013) **Análise social do território: metodologia para o estudo da estrutura urbana brasileira. Rio de Janeiro**. Letra Capital/Observatório das Metrópoles.
- RIBEIRO, M. G. (2016) Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol 33, nº 2, p 237-256.
- RUMMEL, R (1970) **Applied Factor Analysis**. Evansrton, Northwestern University Press.
- SASSEM, S (2008) Towards new urban forms In Peter Hall, Thilo Sarrazin, Saskia Sassen et al **Cities in Schosspatz**. Berlin, Hertie School of Governance.
- SCOTT, A.; AGNEW, J.; SOJA, E. e STORPER, M. (2001) Cidade –regiões globais. **Espaço e Debates** 41, ano XVII, p1-25.
- SILVA, K.A.A.; ORTEGA, G.M. e CUNHA, J.M. P. (2015) Novas formas urbanas: a perspectiva demográfica sobre a formação da Macrometrópole Paulista. Trabalho apresentado à XVI ENANPUR, Sessão temática . Belo Horizonte.
- SOJA, e (2000) **Postmetropolis. Critical studies of cities and regions**. Oxford, UK, Blackwell Publishers.
- SOJA, e (2013) Para além de potmetropolis **Revista UFMG nº 20**, 137-167.
- TAVARES, J (2018) Formação da macrometrópole no Brasil: construção teórica e conceitual de uma região de planejamento **EURE** vol 44, Nº 133, p 115-134.
- WACQUANT, L (2001) Os condenados da cidade. Rio de Janeiro, Revan Fase.